

Estatal só investirá se Congresso aprovar

Brasília — A partir de 1986 as 314 empresas estatais do setor produtivo terão de encaminhar seus programas de investimentos ao crivo do Congresso Nacional, segundo proposta em estudo dentro do Governo, conforme anunciou o Ministro do Planejamento, João Sayad, ao explicar em detalhes os grandes números do orçamento fiscal de 1986.

De acordo com as explicações do Ministro Sayad, o controle do Congresso sobre as estatais deve se restringir as suas aplicações, ficando de fora as despesas de custeio. A proposta orçamentária de 1986 incorpora os gastos do Tesouro a título de subsídios num montante estimado em Cr\$ 235 trilhões sendo que deste total a receita prevista é de apenas Cr\$ 40 trilhões.

Para conter o déficit global previsto de Cr\$ 195 trilhões, revelou o Ministro Sayad, o Governo deverá propor ao legislativo, no momento oportuno, novas medidas de contenção dos gastos, de redução dos subsídios diretos e indiretos e de aumento da receita tributária via elevação dos impostos.

Sayad não soube explicar como e quando essas medidas seriam anunciadas pelo Governo, mas deixou claro que a redução do déficit terá de ser feita de maneira objetiva e sistemática, para não comprometer a estratégia de crescimento da economia brasileira em 1986.